

SISTEMA FAEP



Mala Direta Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

Ano XXIV | nº 1080 | 18 a 24 de janeiro de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

O SEGREDO DO BUSCOPAN



pág 19

ECONOMIA | PÁG 2

Cleverson Beje

AVICULTURA

Vale a pena?

» Pesquisa avalia os custos de produção de frangos no Paraná



CNA | PÁG 8

O repúdio amplo, geral e irrestrito ao MST

AUTORITARISMO | PÁG 11

Decreto aloprado põe em risco a democracia

2

Capa

O custos dos frangos

8

Nota FAEP

A ameaça à Democracia

10

Mínimo

Requião ataca novamente

11

Pesquisa Ibope/CNA

MST está mal na fotografia

14

Veja

A Amazônia ameaçada

16

Via Rápida

A imprensa, o papagaio, os caranguejos e o espeto corrido não é gaúcho!



Arquivo

18

Clonagem

Boi ganha "carteira de identidade"

19

Buscopan

A alma do remédio

22

Tratores

Por que emplacar?



Arquivo

23

Infraestrutura

O Paraná vai mal...

Frangos: os custos de produção

FAEP e SENAR-PR, com apoio da EMBRAPA, fazem balanço técnico da rentabilidade da produção de frangos

*“Quem não sabe quanto gasta,
não sabe quanto ganha”*

Esse ditado antigo é uma verdade que sempre deve ser lembrada por todos os agropecuaristas no desenvolvimento de suas atividades. O gerenciamento dos custos de produção é fundamental para que o produtor rural possa avaliar adequadamente a rentabilidade do seu negócio.

A FAEP e o SENAR-PR de longa data já têm a preocupação de orientar os produtores para a importância do gerenciamento das propriedades e oferece diversos treinamentos na área de gestão de custos.

Na avicultura a situação não é diferente.

Muitos avicultores reclamam que a atividade não está proporcionando uma rentabilidade suficiente para cobrir seus gastos e os investimentos realizados com os aviários (instalações e equipamentos).

No entanto, ainda não possuíam uma “ferramenta” que permitisse a análise técnica desses fatores e assim a preocupação com os custos não se transformava em medidas efetivas para melhorar a situação.

Tendo em vista que a avicultura paranaense é desenvolvida em sistema de integração entre empresas e avicultores, a FAEP, atendendo as demandas da Comissão Técnica de Avicultura, buscou a participação do setor industrial, para o desenvolvimento de um trabalho conjunto visando a identificação de custos de produção com base em critérios técnicos e fundamentados e conferindo a adequada representatividade a esse trabalho.

Conhecendo o trabalho desenvolvido pela EMBRAPA Suínos e Aves, na área de custos, buscou nessa instituição o apoio técnico considerado indispensável para que a pesquisa fosse desenvolvida com a qualidade, independência e imparcialidade, necessárias ao seu sucesso.

Os representantes dos avicultores e das indústrias se encarregaram de efetuar levantamentos de informações sobre a atividade, valor de instalações, equipamentos e desembolsos na condução da atividade. A EMBRAPA realizou a coordenação técnica e a definição da metodologia.

Este Boletim apresenta um resumo do trabalho desenvolvido e das conclusões obtidas.

A importância da AVICULTURA

Veja o panorama detalhado da produção de frangos no oeste e sudoeste do Estado



Cleverson Beje

O Brasil é atualmente o líder mundial na exportação de frangos com US\$ 6.948 milhões vendidos em 2008 e uma projeção de 45% de crescimento na produção até 2020, atingindo 16,5 milhões de toneladas. O Paraná lidera a produção e o abate de frangos do País, sendo responsável por 26,5% dos abates realizados, segundo o IBGE. Em 2009, de acordo com dados da Associação de Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF) saíram das granjas brasileiras 5,7 bilhões de aves. O mercado de frango foi bastante afetado pela crise financeira mundial em 2009. A queda da produção no início do ano chegou até a causar aumento de preços.

Contudo, a interrupção do ritmo crescente das exportações combinada com a retomada da produção a partir de maio gerou excedente de carne de frango no mercado interno, pressionando as cotações. Apesar do volume recorde exportado em abril - 308 mil toneladas -, as exportações de carne de frango devem fechar 2009 com recuo de 1,5% na comparação com 2008. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), até o mês de novembro foram embarcadas ao exterior 2,98 milhões de toneladas do produto, 1,7% menos que entre janeiro e novembro de 2008. Sob esse cenário, os consultores e técnicos da FAEP desenvolveram a mais completa pesquisa sobre a avicultura no Estado.

Desenvolvimento dos trabalhos

Inicialmente foram realizadas reuniões para a definição dos conceitos e critérios que seriam adotados para a concretização do trabalho, já que a avicultura possui uma série de características que a diferenciam de outras atividades do agronegócio.

Nas visitas realizadas nas indústrias e propriedades em diversas regiões do Estado foram levantadas informações sobre os sistemas de produção e as realidades regionais.

Nesta etapa, o trabalho foi concentrado na região Sudoeste (Dois Vizinhos e região) e Oeste (Toledo e Cascavel) mas as atividades estão sendo desenvolvidas também em outras regiões do Paraná.

Identificação dos sistemas de produção nas regiões trabalhadas

No sistema de integração, durante o ciclo de produção as indústrias fornecem os pintinhos, ração, medicamento e assistência técnica. Por outro lado, para desenvolver a atividade o produtor implanta os aviários de acordo com as especificações das empresas e adota todos os procedimentos recomendados pelos técnicos, responsabilizando-se pela mão-de-obra e os dispêndios com água, energia, gás, cama dos aviários, etc.

A tecnologia adotada na avicultura pode ser considerada uniforme nas regiões pesquisadas. No entanto a atividade é desenvolvida em diferentes condições, dependendo do tamanho do aviário, sistema de alimentação (manual ou automática), sistema de ventilação e iluminação.

Assim, não existe um custo de produção que represente a realidade de todos os avicultores. Cada produtor, cada propriedade, cada aviário

tem custo de produção diferente. Para cada situação pode ser definida uma planilha de custo de produção.

Neste trabalho foi definido que seriam realizadas planilhas de custos para as seguintes situações.

a) Região Sudoeste:		b) Região Oeste	
Tamanho	Sistema de alimentação	Tamanho	Sistema de alimentação
1) 100 x 12m	manual	1) 100 x 12m	Manual
2) 100 x 12m	Automático	2) 100 x 12m	Automático
3) 125 x 12m	Manual	3) 125 x 12m	Manual
4) 125 x 12m	Automático	4) 125 x 12m	Automático
5) 125 x 14m	Automático	5) 130 x 14m	Automático
		6) 150 x 14m	Automático - dark house

Segundo os dados fornecidos pelas indústrias, essas planilhas representam a realidade de mais de 75% dos avicultores em cada região, o que garante uma expressiva representatividade para as informações consolidadas.



METODOLOGIA ADOTADA

A partir da metodologia desenvolvida pela EMBRAPA, o trabalho identificou os seguintes dados:

CUSTOS VARIÁVEIS: são os desembolsos realizados pelo avicultor durante o ciclo de produção. Estão incluídas as despesas com a cama do aviário, energia elétrica, mão-de-obra, carregamento dos frangos, limpeza do aviário, etc.

CUSTO OPERACIONAL: Além dos custos variáveis, contempla também a depreciação dos equipamentos e instalações.

Considera os valores que serão necessários para a reposição desses itens ao final da sua vida útil.

CUSTO TOTAL: Inclui a remuneração do capital investido pelo avicultor nos investimentos realizados e no capital de giro da atividade. Foi considerada a remuneração dos juros da caderneta de poupança (6%a.a.).

A seguir são apresentadas as informações resumidas sobre os resultados do trabalho realizado.

Região Sudoeste: Nessa região os frangos são abatidos com 30 dias e peso de 1,5kg. Em média são retirados 8,31 lotes por ano.

Quadro resumo das planilhas da região sudoeste

REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ	Data :			Nov/09	
Tamanho do Aviário	100 x 12m	100 x 12m	125 x 12m	125 x 12m	125 x 14m
Sistema de alimentação	Manual	Automático	Manual	Automático	Automático

Idade de Abate (Dias)	30	30	30	30	30
Intervalo entre Lotes (Dias)	12	12	12	12	12
Intervalo entre Lotes p/Limpeza (Dias)	28	28	28	28	28
Tamanho do aviário (m2)	1.200	1.200	1.500	1.500	1.750
Valor das Instalações Novas (R\$)	85.921,00	85.921	100.193,00	100.243,00	114.944,00
Valor dos Equipamentos Novos (R\$)	78.487,73	89.069	87.201,63	100.236,93	118.439,16
Valor Total do Aviário (R\$)	164.408,73	174.990	187.394,63	200.479,93	233.383,16
Número de Lotes Ano	8,31	8,31	8,31	8,31	8,31
Salário (R\$/mês)	530,00	530,00	530,00	530,00	530,00
Encargos Sociais (%)	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00

Provisões (%)	34,29	34,29	34,29	34,29	34,29
Alojamento (Aves/Lote)	20.400	20.400	25.500	25.500	29.750
Aves p/metro quadrado	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00
Mortalidade (%)	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Quantidade de aves entregues por Lote (Cab)	19.788	19.788	24.735	24.735	28.858
Valor recebido por frango entregue - R\$/cab.	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27

RESULTADOS FINAIS

1. Custos Variáveis do Produtor	3.713,14	3.750,96	4.235,35	4.285,29	4.921,68
2. Depreciações	1.139,25	1.243,32	1.313,75	1.413,77	1.653,42
3. Custo Operacional do Produtor (1 + 2)	4.852,39	4.994,28	5.549,10	5.699,06	6.575,10
4. Remuneração sobre capital	611,84	650,23	697,40	744,88	866,81
5. Custos Fixos do Produtor (2 + 4)	1.751,09	1.893,55	2.011,15	2.158,65	2.520,23
6. Custo Total do Produtor (1 + 5)	5.464,23	5.644,51	6.246,50	6.443,94	7.441,91
7. Receita com a entrega dos frangos	5.342,76	5.342,76	6.678,45	6.678,45	7.791,53
8. Receita com venda da Cama	450,00	450,00	539,11	539,11	635,38
9. Consumo de frangos	48,29	48,29	48,29	48,29	48,29
10. Receita Total por Lote (7 + 8 + 9)	5.841,05	5.841,05	7.265,85	7.265,85	8.475,20
11. Saldo sobre Custos Variáveis (10 - 1)	2.127,91	2.090,09	3.030,50	2.980,56	3.553,52
12. Saldo sobre Custo Operacional (10 - 3)	988,66	846,77	1.716,75	1.566,79	1.900,10
13. Saldo sobre Custo Total (10 - 6)	376,82	196,54	1.019,35	821,91	1.033,29

Saldo sobre Custos Variáveis - R\$/mês	1.473,58	1.447,39	2.098,62	2.064,04	2.460,81
Saldo sobre Custo Operacional - R\$/mês	684,65	586,39	1.188,85	1.085,00	1.315,82
Saldo sobre Custo Total - R\$/mês	260,95	136,10	705,90	569,17	715,55



Quadro resumo das planilhas da região oeste



REGIÃO OESTE DO PARANÁ					Data :	Nov/09
Tamanho do Aviário	100 x 12m	125 x 12m	125 x 12m	130 x 12m	130 x 14m	150 x 14m
Sistema de alimentação	Automático	Manual	Automático	Automático	Automático	Automático

Idade de Abate (Dias)	44	44	44	44	44	44
Intervalo entre Lotes (Dias)	15	15	15	15	15	15
Intervalo entre Lotes p/Limpeza (Dias)	25	25	25	25	25	25
Tamanho do aviário (m2)	1.200	1.500	1.500	1.560	1.820	2.100
Valor das Instalações Novas (R\$)	107.386,70	125.764,20	130.864,20	134.755,20	151.132,00	169.625,00
Valor dos Equipamentos Novos (R\$)	92.501,85	85.414,37	104.572,43	111.969,66	120.035,55	131.612,00
Valor Total do Aviário (R\$)	199.888,55	211.178,57	235.436,63	246.724,86	271.167,55	301.237,00
Número de Lotes Ano	6,02	6,02	6,02	6,02	6,02	6,02
Salário (R\$/mês)	530,00	530,00	530,00	550,00	600,00	650,00
Encargos Sociais (%)	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00
Provisões (%)	34,29	34,29	34,29	34,29	34,29	34,29
Alojamento (Aves/Lote)	14.500	18.500	18.500	20.000	23.500	28.000
Aves por metro quadrado	12,08	12,33	12,33	12,82	12,91	13,33
Mortalidade (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Quantidade de aves entregues por Lote (Cab)	13.848	17.668	17.668	19.100	22.443	26.740
Valor recebido por frango entregue - R\$/cab.	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38

RESULTADOS FINAIS	R\$/Lote	R\$/Lote	R\$/Lote	R\$/Lote	R\$/Lote	R\$/Lote
1. Custos Variáveis do Produtor	4.607,72	4.951,37	5.120,05	5.545,32	6.161,41	6.744,54
2. Depreciações	1.851,08	1.893,15	2.146,86	2.249,24	2.461,14	2.705,35
3. Custo Operacional do Produtor (1 + 2)	6.458,80	6.844,52	7.266,91	7.794,56	8.622,55	9.449,89
4. Remuneração sem capital	1.029,45	1.088,19	1.210,30	1.269,64	1.395,89	1.549,96
5. Custos Fixos do Produtor (2 + 4)	2.880,53	2.981,34	3.357,16	3.518,88	3.857,03	4.255,31
6. Custo Total do Produtor (1 + 5)	7.488,25	7.932,71	8.477,21	9.064,20	10.018,44	10.999,85
7. Receita com a entrega dos frangos	5.262,05	6.713,65	6.713,65	7.258,00	8.528,15	10.161,20
8. Receita com venda da Cama	821,43	1.000,00	1.000,00	1.035,71	1.142,86	1.357,14
9. Consumo de frangos	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00
10. Receita Total por Lote (7 + 8 + 9)	6.173,48	7.803,65	7.803,65	8.383,71	9.761,01	11.608,34
11. Saldo sobre Custos Variáveis (10 - 1)	1.565,76	2.852,28	2.683,60	2.838,39	3.599,60	4.863,80
12. Saldo sobre Custo Operacional (10 - 3)	-285,32	959,13	536,74	589,15	1.138,46	2.158,45
13. Saldo sobre Custo Total (10 - 6)	-1.314,77	-129,06	-673,56	-680,49	-257,43	608,49

Saldo sobre Custos Variáveis - R\$/mês	785,49	1.430,89	1.346,27	1.423,93	1.805,80	2.440,01
Saldo sobre Custo Operacional - R\$/mês	-143,14	481,16	269,26	295,56	571,13	1.082,82
Saldo sobre Custo Total - R\$/mês	-659,58	-64,75	-337,90	-341,38	-129,14	305,26

Valor por ave p/cobrir Custos Variáveis	0,267	0,219	0,228	0,231	0,220	0,198
---	-------	-------	-------	-------	-------	-------



O FUTURO

Próximas etapas

A continuidade do trabalho realizado pela FAEP será desenvolvida com focos distintos mas que se complementam de acordo com as demandas apresentadas pela Comissão Técnica de Avicultura.

Os Sindicatos Rurais irão realizar, em conjunto com as Associações de Avicultores, reuniões locais para a apresentação do trabalho e dos resultados aos avicultores.

A FAEP está encaminhando ao Sindiavipar (Sindicato que representa as indústrias do setor), OCEPAR, indústrias e cooperativas material sobre este trabalho contemplando as informações e resultados identificados nos levantamentos de custos.

Complementando esta etapa, o SENAR-PR vai desenvolver treinamento para que os avicultores sejam preparados para a utilização da planilha elaborada pela Embrapa. Dessa forma, cada avicultor poderá acompanhar o custo de produção da sua propriedade.

O PARANÁ lidera os abates de frangos



Cleverson Beije

Os “pais da criança”

Consultores da FAEP fizeram avaliação da rentabilidade da avicultura paranaense

Este trabalho contém informações importantes para que os avicultores possam efetuar uma análise consistente dos resultados da sua atividade.

Foram levantadas as características dos principais sistemas de produção e os custos envolvidos nesses empreendimentos. A elaboração de 6 planilhas de custos para a região oeste e 5 planilhas para a região sudoeste permitiu um nível de detalhamento aprofundado sobre as condições representativas da maioria dos avicultores daquelas regiões.

Cada avicultor passa a ter referências para a avaliação da rentabilidade da avicultura desenvolvida na sua propriedade.

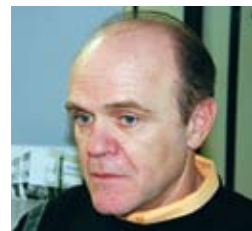
O detalhamento dos custos permite que o produtor analise se a atividade está remunerando os desembolsos realizados a cada lote e se está sendo possível acumular recursos para a reposição das instalações e dos equipamentos.

Essa análise é fundamental para uma avaliação dos resultados não só imediatista, mas também de longo prazo.

A metodologia pode ser utilizada também por quem está decidindo por iniciar ou ampliar a atividade. A tomada de decisão bem fundamentada traz mais segurança e certeza para o avicultor.

Todos sabemos que não existe um custo de produção que represente a realidade de todos os avicultores. Cada propriedade, cada aviário, possui um custo de produção diferenciado. As planilhas referenciais têm o objetivo de apresentar os resultados que representam a realidade média de um grande número de produtores. Permitem também que cada avicultor possa efetuar o acompanhamento do seu custo de produção individualmente, com a utilização de metodologia que foi desenvolvida pela Embrapa e discutida com representantes dos avicultores e das indústrias.

* A pesquisa contou ainda com a participação do médico-veterinário Fabrício Monteiro, da FAEP, e da economista Tânia Moreira, também da FAEP.



ADEMIR GIROTO, economista e consultor da FAEP



LUIZ ANTONIO DIGIOVANI, agrônomo e consultor da FAEP

Um decreto aloprado



ÁGIDE
MENEGUETTE
é presidente do
Sistema FAEP

Com pompa e circunstância, no dia 21 de dezembro passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Paulo Vanuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançaram o decreto com o “Programa Nacional dos Direitos Humanos - PNDH-3). Segundo o governo, o Plano se destinaria à elaboração de políticas públicas e abordaria os direitos humanos com ênfase na educação, cultura, segurança pública, no direito à memória e à verdade e no meio ambiente, entre outros temas.

Sob esse espaçoso conjunto, em quase cem páginas, elaborou-se o mais completo rebotalho de intenções autoritárias da história recente do país. Um decreto aloprado, que busca reabrir a anistia concedida em 1979, censura à imprensa, prevê o casamento gay, o aborto, regulamenta a profissão de prostituta incorpora sindicatos e centrais sindicais nos processos de licenciamento ambiental e muda as regras de reintegração de posse em invasões agrárias.

A igreja, a imprensa, a CNA e outros setores da sociedade repudiaram o decreto.

No caso das invasões, o decreto aloprado prevê a instalação de “audiências públicas” com a participação dos invasores antes do pronunciamento da Justiça. Invasão é crime e é assim que deve ser tratada.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP declara seu inconformismo com o absurdo conteúdo do decreto, que o Presidente da República disse não ter lido. Se não leu, talvez a sua Casa Civil, responsável pelo andamento e agendamento dos decretos presidenciais o tenha lido, ou alguns dos 31 ministros que também subscreveram o decreto.

A FAEP apoia as declarações do ministro Reinhold Stephanes sobre a tentativa de se dividir a agricultura em “comercial” e “familiar”. Isso não existe. Pequenos, médios e grandes agricultores, como disse o ministro, participam da agricultura comercial ou do agronegócio. Também ratifica a posição do ministro sobre a insegurança jurídica que exala do exótico decreto.

Da mesma forma, faz suas as declarações da senadora Kátia Abreu, presidente da CNA, que afirmou:

- Vejo uma parte deste governo que têm tendência bastante radical, ideológica, de esquerda extrema. Isso é uma plataforma socialista de governo, uma tentativa explícita de segregação do nosso setor, de preconceito abusivo”.

Embora o decreto aloprado exija 27 leis, mostra, porém, as Intenções de um grupo acantonado no governo disposto a tirar das catacumbas ideológicas teses que a sociedade brasileira sempre rejeitou.

“ No caso das invasões, o decreto aloprado prevê a instalação de “audiências públicas” com a participação dos invasores antes do pronunciamento da Justiça. Invasão é crime e é assim que deve ser tratada”



Roteiro para o autoritarismo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou em dezembro um roteiro para a implantação de um regime autoritário, com redução do papel do Congresso, desqualificação do Poder Judiciário, anulação do direito de propriedade, controle governamental dos meios de comunicação e sujeição da pesquisa científica e tecnológica a critérios e limites ideológicos. Tudo isso está embutido no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro - o tal decreto que, acredite quem quiser, o presidente disse que assinou sem ler. O programa, um calhamaço de 92 páginas, é um assustador arremedo de constituição. Recobre assuntos tão variados quanto a educação, os serviços de saúde, a Justiça, as condições de acesso e de preservação da propriedade, as decisões de plantio dos agricultores, a atividade legislativa, as funções da imprensa e o sentido do desenvolvimento.

A apuração das violências cometidas pelos agentes do regime militar e a revogação da Lei da Anistia são apenas uma parte desse programa - a mais divulgada, até agora, por causa da reação dos comandantes militares à redação inicial do decreto. Mas o maior perigo não está nos detalhes, e sim no objetivo geral dessa manobra articulada no Palácio do Planalto: a consolidação de um populismo autoritário sustentado na relação direta entre o chefe do poder e as massas articuladas em sindicatos, comitês e outras organizações "populares".

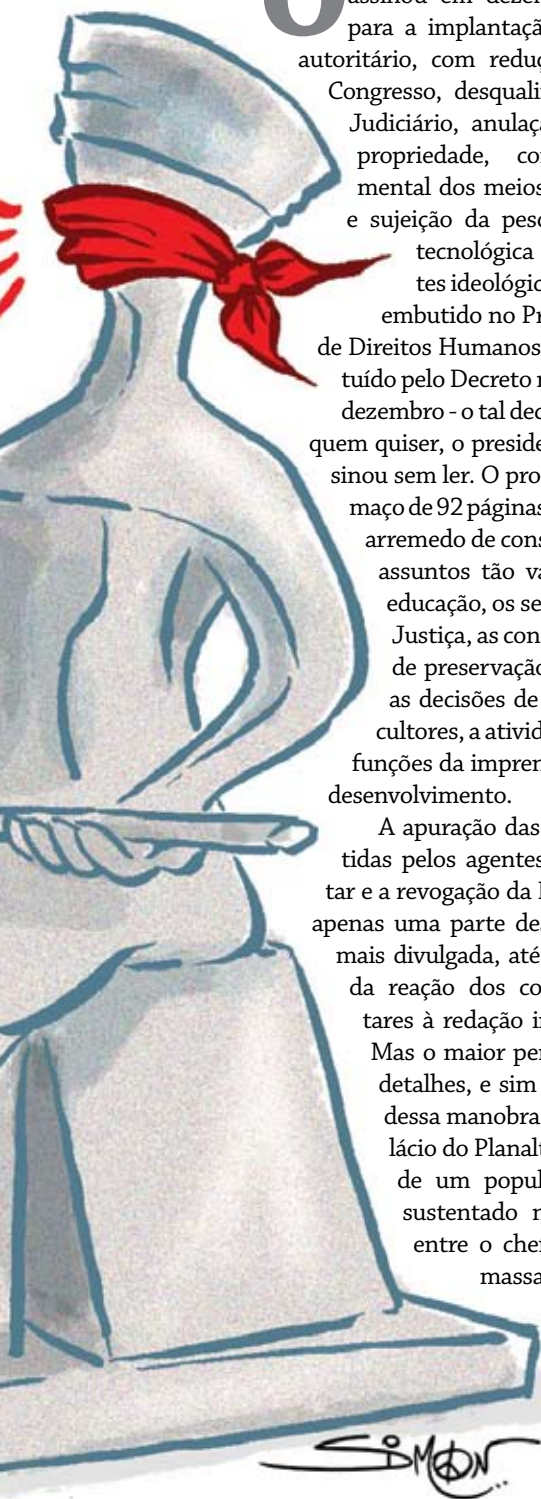
Tal como seu colega Hugo Chávez, o presidente Lula propõe a valorização de instrumentos como "lei de iniciativa popular, referendo, veto popular e plebiscito". É parte do populismo autoritário a conversão de formas excepcionais de consulta em meios normais de legislação. Usurpa-se o poder de legislar sem ter de recorrer a um golpe aberto. Da mesma forma, a multiplicação de "conselhos de direitos humanos", com ação coordenada "nas três esferas da Federação", reproduz a velha ideia de comitês populares tão cara às ditaduras.

Consumada a mudança, um juiz não mais poderá simplesmente determinar a reintegração de posse de um imóvel invadido. O governo propõe "institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar". Em outras palavras: esqueça-se a Constituição, negue-se ao juiz o poder de garantir a propriedade e converta-se o invasor em detentor de direitos sobre o imóvel invadido.

Combater essa aberração não interessa apenas a fazendeiros e proprietários. A questão essencial não é o conflito entre ruralistas e defensores da reforma agrária a qualquer custo, mas a depreciação da lei e do Judiciário tal como deve operar no Estado de Direito. Nada ficará fora do controle do assembleísmo. É parte do programa "fomentar o debate sobre a expansão de plantios de monoculturas que geram impacto no meio ambiente e na cultura dos povos e comunidades tradicionais, tais como eucalipto, cana-de-açúcar, soja", etc.

A criança ficará sujeita, nas escolas, a uma instrução sobre direitos humanos moldada segundo os interesses do regime e apresentada muito claramente no decreto. O controle sobre as mentes não poderá dispensar o comando dos meios de comunicação. Se as leis propostas forem aprovadas, o governo poderá suspender programações e cassar licenças de rádios e de televisões, quando houver "violações" de direitos humanos. Será criado um ranking nacional de veículos de comunicação, baseado em seu "comprometimento" com os direitos humanos. O governo também deverá incentivar a produção de filmes, vídeos, áudios e similares voltados para a educação sobre direitos humanos e para a reconstrução "da história recente do autoritarismo no Brasil". Será um autoritarismo cuidando da história de outro.

As intenções políticas são claras, embora escritas numa linguagem abstrusa. Em todo o texto há expressões do tipo "fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática". Essa patacoada deverá servir de bandeira na campanha da candidata petista à Presidência. Em 2002, esse era o programa do PT. Para se eleger, o candidato Lula teve de renegá-lo em sua "Carta aos brasileiros". Mas não renegou, como se vê mais uma vez, o sonho de "mudar tudo isso que está aí".



Novo mínimo de Requião = 574,6 sacas de milho/ano!

Governador não pensou nos produtores em sua proposta salarial



Cleveson Beje

Pequenos produtores são responsáveis pela maior parte da produção de 12 milhões de sacas de milho previstas para este ano, o que torna o Paraná o maior produtor nacional. Esses proprietários ocupam suas famílias nessa atividade ou possuem um ou dois funcionários. O governador Roberto Requião não estava pensando nesse exército anônimo quando enviou mais uma vez o projeto do novo salário mínimo do Estado. À espera de aprovação pela Assembléia Legislativa, o que fatalmente ocorrerá, ainda mais num ano eleitoral, a proposta de Requião aumenta os valores do piso regional paranaense para até R\$ 765,00, ou 50% maior do que o novo salário mínimo nacional de R\$ 510,00. “Eu até queria ser mais ousado, mas os valores são resultado de estudos sérios para que o aumento tenha equilíbrio”, disse o governador. No caso dos trabalhadores na agricultura, a proposta de Requião é de R\$ 663,00 mensais.

Os produtores de milho não estão conseguindo receber no mercado nem mesmo o preço mínimo para a saca de 60 quilos (R\$ 16,50). Assim, se o produtor mantiver ou contratar um ajudante para trabalhar na propriedade, terá de pagar o salário mínimo de R\$ 663,00. Isso significa 574,6 sacas de milho, levando-se em conta o preço médio de R\$15,00 a saca para o pagamento de 13 salários mínimos, sem as contribuições sociais.

* IRREAL

Chapéu alheio

“**O** governador faz novamente propaganda com o chapéu alheio. Esse mínimo não é pago pelo governo e sim pelos empresários urbanos e rurais, e empregadores domésticos”, disparou o deputado Elio Rusch. Ele lembrou que inflação no ano passado foi de 4,18% e que a maioria dos trabalhadores, quando da data-base de suas categorias, terá um aumento nessa ordem, não devendo ultrapassar os 5%. “Desta forma, como fica o empregador doméstico?”, questionou. “Ele pode não ter condições de arcar com esse aumento de 21% sobre o salário de sua empregada, pois será muito superior ao aumento que lhe será dado”, disse.

Rusch afirmou que no ano passado o aumento do mínimo regional foi de 14,9%, e o reajuste para os servidores públicos não chegou a 6%.”

O salário mínimo regional valerá para todos os trabalhadores assalariados cujas categorias não possuem acordo ou convenção coletiva de trabalho, mas passa a dividi-los em quatro faixas salariais e não em seis como acontece atualmente. Além daquela dedicada aos trabalhadores na agricultura, a proposta estipula:

No grupo II, seriam enquadrados os antigos grupos 2, 3 e 4, trabalhadores em serviços administrativos, domésticos e gerais, vendedores e trabalhadores de reparação. O salário estadual aumentaria de R\$ 615,10 para R\$ 688,50 (+ 11,9%). Na comparação com o piso nacional, o valor proposto é 35% maior.

Para o grupo III, trabalhadores na produção de bens e serviços industriais, o mínimo regional vai de R\$ 625,06 para R\$ 714,00: variação de 14,2 pontos percentuais. Se aceito, o novo salário comprará 40% mais que o brasileiro.

O grupo IV, composto por técnicos de nível médio, que hoje tem previsto em lei salários de R\$ 629,45, passaria a tem por direito piso salarial de R\$ 765,00 (+21,5%). Significa que o maior valor do piso estadual seria equivalente a 50% mais que o salário mínimo nacional.

Pesquisa mostra repúdio ao MST

Invasões são consideradas ilegais por 92% de entrevistados em pesquisa do IBOPE/CNA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a instituição mais repudiada do país. É o que revela pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para avaliar a visão da sociedade sobre o MST, por meio de um levantamento com 2 mil pessoas em todo o país. Na opinião de 92% dos entrevistados, as invasões são consideradas ilegais e 75% repudiam esta iniciativa como principal solução para obtenção de terras para produção agropecuária e assentamento de famílias.

O estudo também constatou que 72% dos que participaram da pesquisa consideram que o poder público deve utilizar a polícia para cumprir ordens judiciais de retirada dos invasores, enquanto 61% acham que o governo deve cumprir os mandados de reintegração de posse. Já os proprietários de fazendas não devem usar armas próprias para se proteger ou prevenir invasões em suas propriedades, de acordo com 69% dos entrevistados. Segundo 61% das pessoas ouvidas, o caminho mais adequado para resolver a questão destas ocupações ilegais é a Justiça.

A rejeição às atitudes promovidas pelos sem-terra nos últimos anos fez com que a população deixasse de associá-los diretamente à reforma agrária. Ao falar do MST, 69% dos entrevistados

no estudo encomendado pela CNA ligam o movimento primeiramente a invasões, 53% a atos de violência, e 54% atribuem os conflitos no campo ao MST. Soma-se a este indicativo o fato de que 78% citam as invasões como principal ação dos seus integrantes para atingir seus objetivos.

A pesquisa revela ainda que 57% consideram que o MST se desviou dos seus principais objetivos. Em relação a um deles, a reforma agrária, 66% acham que as invasões não têm como foco o assentamento das famílias, mas uma forma de pressionar o governo federal. Observou-se que 60% acreditam que o MST mais prejudica do que ajuda a reforma agrária. Ainda no estudo, mais de 70% dos entrevistados responderam que a organização prejudica o desenvolvimento econômico e social, a geração de empregos, os investimentos nacionais e estrangeiros e a imagem do Brasil no exterior.

Em relação às movimentações financeiras do MST, a pesquisa mostrou que 56% das pessoas ouvidas acreditam que o movimento recebe recursos públicos federais. Para 28% deles, estas verbas financiam principalmente as invasões de terra. Desta forma, constatou-se que 82% apoiam a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar quem de fato dá suporte financeiro aos integrantes do movimento. »

Recado ao MST

O IBOPE formulou 32 perguntas no questionário aos 2 000 entrevistados e a tradução de seus resultados é um recado ao MST.

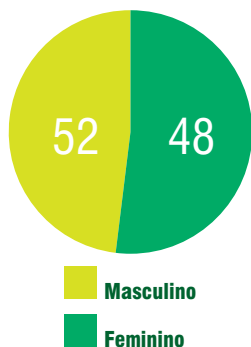
A população brasileira quer ordem e paz no campo, e culpa o Movimento pelos confrontos agrários. Isso não significa, porém, que os brasileiros não apoiem algum tipo de reforma agrária. Ao contrário. Para mais de 60% das pessoas ouvidas, as invasões de terra não buscam assentar famílias, mas pressionar o governo. Da mesma forma,

a maioria dos pesquisados revelam que os líderes do MST estão menos interessados em beneficiar os sem-terra do que usá-los para ações políticas. Também a maioria afirma saber que o governo repassa dinheiro ao MST, e um terço deles diz que esses recursos financiam as invasões. Seis partidos políticos são mencionados na pesquisa IBOPE/CNA por terem vínculos com o Movimento, 19% citam o PT, e os demais tiveram índice de 1%.

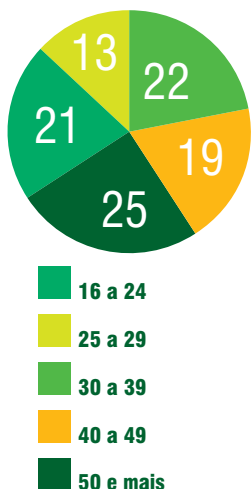
Veja a seguir detalhes da pesquisa:

PERFIL DO ENTREVISTADO

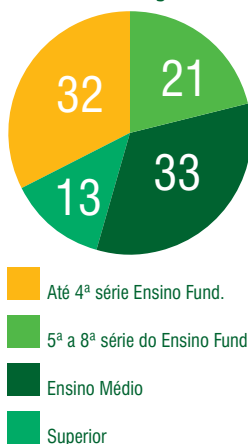
SEXO



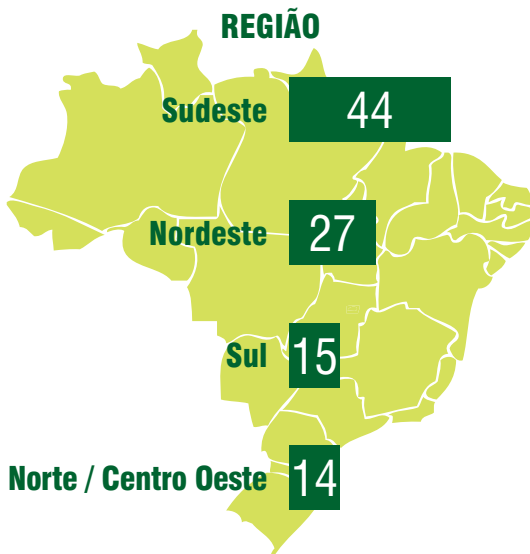
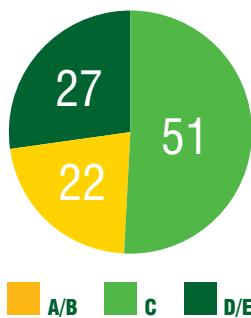
IDADE



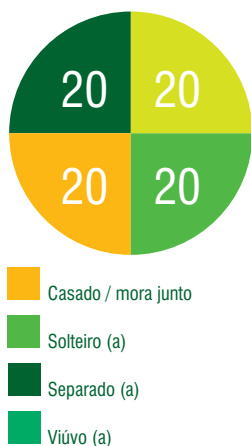
GRAU DE INSTRUÇÃO



CLASSE SOCIAL



ESTADO CIVIL



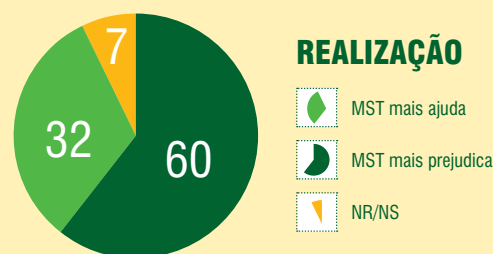
RENDA FAMILIAR



ATITUDES ASSOCIADAS AO MST

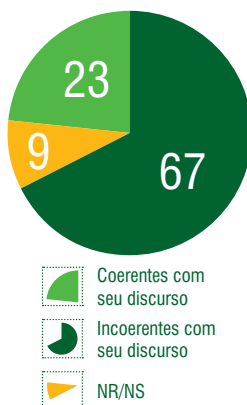


CONTRIBUIÇÃO DO MST À REFORMA AGRÁRIA

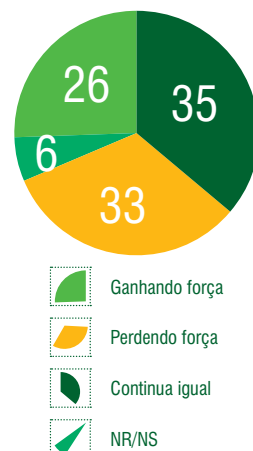


COERÊNCIA E FORÇA DO MST

PRÁTICAS



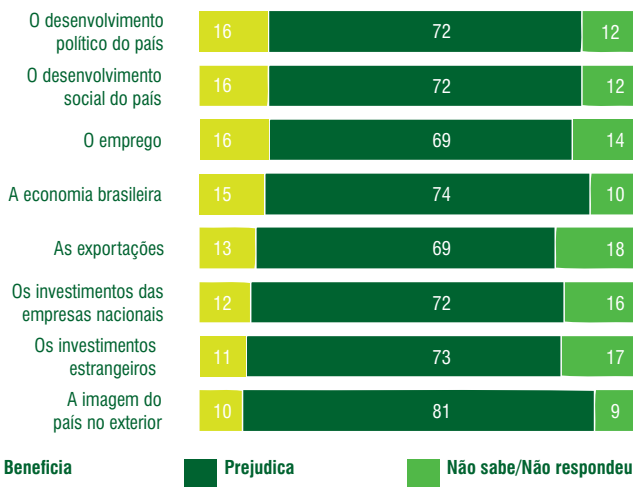
FORÇA



FORMAS DE ATUAÇÃO DO MST



ATUAÇÃO DO MST BENEFICIA OU PREJUDICA:



OPINIÃO SOBRE AS INVASÕES DE TERRA PROMOVIDAS PELO MST



OPINIÃO SOBRE A LEGALIDADE DA INVASÃO DE UMA PROPRIEDADE



OPINIÃO SOBRE O GOVERNO UTILIZAR A POLÍCIA QUANDO A JUSTIÇA DETERMINA RETIRADA DE INVASORES



POSICIONAMENTO QUANTO À CPI DO MST



“ O MST é uma organização criminosa que mata, saqueia e desvia recursos públicos. Não quer criar uma classe rural de pequenos produtores, mas fazer agitação e tomar o poder através de um golpe de estado”

Kátia Abreu, presidente da CNA

“ O grande problema das invasões é a impunidade. Pela intranquilidade que traz, pelo desrespeito à lei, o MST não é só inimigo dos fazendeiro, é inimigo também do próprio governo”

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP

Agora, o MST ataca a Amazônia

Só no Pará há 1 000 propriedades rurais invadidas

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está em acelerado processo de mutação. Foi-se o tempo em que seus militantes tentavam dissimular as ações criminosas do grupo invocando a causa da reforma agrária. Há muito isso não acontece mais. Como uma praga, o MST ataca, destrói, saqueia - e seus alvos, agora, não são mais apenas os chamados latifúndios improdutivos. Os sem-terra têm se especializado também em invadir fazendas no coração da Floresta Amazônica. As terras da região são de difícil manejo para a agricultura, mas isso pouco importa. Nelas pode-se encontrar em abundância algo bem mais valioso: a madeira. Hoje, existem cerca de 1 000 propriedades rurais invadidas apenas no estado do Pará. Metade delas foi devastada para a retirada ilegal de árvores nobres, como ipê, jatobá e cedro, que atingem altas cotações no mercado. As fazendas localizadas na Amazônia são obrigadas por lei a preservar 80% de suas áreas de floresta. Isso significa que as propriedades rurais guardam um imenso tesouro, e também explica por que o MST substituiu a foice pela motosserra.

O caso mais emblemático da nova modalidade de banditismo do movimento pode ser observado na Fazenda Santa Marta, em Tailândia, a 240 quilômetros de Belém. A propriedade tem 20 000 hectares, dos quais 16 000 de floresta nativa. Os sem-terra a invadiram e permaneceram lá até novembro do ano passado. Não plantaram um único pé de feijão, mas dizimaram 2 000 hectares da mata. Uma perícia contratada pelos fazendeiros estimou que 100 000 metros cúbicos de madeira nobre foram retirados da reserva, o equivalente ao corte de aproximadamente 25 000 árvores. No mercado, as toras valem ao todo 40 milhões de reais. "O que os invasores não conseguiram cortar, destruíram. A terra ficou arrasada", afirma Dario Bernardes, o dono da Santa Marta, que obteve a reintegração de posse na Justiça. Como a devastação é lucrativa, o MST e outros movimentos rurais se associaram às madeireiras ilegais. O movimento arregimenta os "sem-terra" entre desempregados e desocupados da região, e as madeireiras cuidam da logística. Depois da invasão, as árvores são derrubadas e cortadas em toras. Caminhões e tratores das madeireiras





Fotos: Antonio Cruz/ABR e Veja

A leniência de ANA JÚLIA com o MST quase causou uma intervenção no Pará

“ Eles invadem minhas terras, destroem a floresta, impedem meu trabalho e eu ainda sou multado. É inaceitável”

VITÓRIO GUIMARÃES, dono da Fazenda Vitória Régia, em Santana do Araguaia (PA)

Onde o MST entrou, a terra foi arrasada



são enviados para ajudar no transporte. O que sobra é transformado em carvão nos fornos construídos pelos próprios invasores.

A ação predatória dos sem-terra está documentada em fotos, vídeos e imagens já exibidas ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e ao presidente do Inbra, Rolf Hackbart. Mas, como sempre, o governo opta pelo silêncio negligente. "Sou da base governista no Congresso, apoio o presidente Lula e tudo o que ele faz de bom pelo país. Mas não posso contemporizar com o que é ilegal, com essa leniência com o MST", afirma o deputado Giovanni Queiroz, do PDT do Pará, membro da Comissão de Agricultura da Câmara. O conflito entre fazendeiros e predadores da floresta já rendeu situações bizarras, como a do proprietário que recebeu uma multa do Ibama, no valor de 1,5 milhão de reais, por causa da devastação em suas terras, ocupadas havia meses pelos sem-terra. "Eles invadem minhas terras, destroem a floresta, impedem meu trabalho e eu ainda sou multado. É inaceitável", protesta Vitório Guimarães, dono da Fazenda Vitória Régia, em Santana do Araguaia, no sul do estado.

O Pará é a terra prometida dos sem-terra da motosserra. Levantamentos do Inbra revelam que os trabalhadores formalmente assentados pelos programas de reforma agrária são responsáveis por índices de destruição da floresta proporcionalmente muito maiores aos de agricultores e pecuaristas da região. No caso dos invasores, a situação é caótica. Eles contam com a conivência e a leniência do governo do estado, que, em vez de reprimir e coibir os crimes ambientais, faz exatamente o contrário. Quando acionada, a governadora Ana Júlia Carepa, do PT, não só impede a ação de sua polícia contra o MST como também ajuda os criminosos, distribuindo lonas e cestas básicas nos acampamentos. O desrespeito à lei é tamanho que já houve até um pedido de intervenção federal no estado, solicitado pela Confederação Nacional da Agricultura. Em setembro passado, o Tribunal de Justiça do Pará aprovou a intervenção por 21 votos a 1. O processo foi enviado ao Supremo Tribunal Federal, que pediu informações à governadora antes de julgá-lo. Para evitar a punição que se avizinhava, Ana Júlia determinou que a polícia cumprisse as reintegrações de posse das fazendas invadidas. Diz o desembargador Otávio Marcelino, ouvidor agrário da Justiça do Pará: "Foi necessária a ameaça de intervenção para que se começasse a cumprir a lei e respeitar as decisões da Justiça contra os sem-terra".

Fotos: Arquivo

DEU NA IMPRENSA

Ajuste de Conduta

» Lula pede "ajuste de conduta" ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos órgãos que tratam de licenciamento ambiental um tratamento diferenciado à execução das obras para a Copa do Mundo de 2014. Durante o lançamento de ações do governo federal para o evento, o presidente disse que a execução de obras não pode ser protelada por conta de "questões ambientais não resolvidas".

Das Agências

Valorização do Real

» Segundo levantamento da Bloomberg, que inclui 51 moedas, o real foi a que mais se valorizou no ano passado. A apreciação de 2009 se soma a vários anos de alta do real. Em termos reais, a taxa efetiva de câmbio -calculada em relação a uma cesta de 15 moedas e ajustada por índices de preços ao consumidor- subiu mais de 40% desde dezembro de 2003, segundo estimativa do BC. A Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) obtém o mesmo resultado para esse período, calculando a taxa efetiva com base em 13 taxas bilaterais de câmbio.

Folha de S. Paulo

Maior cobertura

» A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou a nova lista de procedimentos que terão cobertura obrigatória pelos planos de saúde de 43,7 milhões de brasileiros a partir de junho. Foram incluídas 70 novos procedimentos, entre mais consultas, novos exames, tratamentos e cirurgias. Entre os mais importantes, segundo especialistas, estão o transplante de medula, que antes só era coberto se fosse feito com a própria medula do paciente, e o exame mais sofisticado para diagnóstico precoce de câncer, o chamado PET-Scan que pode chegar a R\$ 80 mil.

Das Agências

Tamanho do bonde

» Em 2010, quando o governo federal concluirá a rodada de aumentos que beneficiou quase toda a Esplanada dos Ministérios, o desembolso com os Três Poderes - incluindo ativos, inativos, aposentados e os militares - será recorde para um único período: R\$ 184,1 bilhões.

Correio Braziliense

Fotos: BBC



Mar à vista

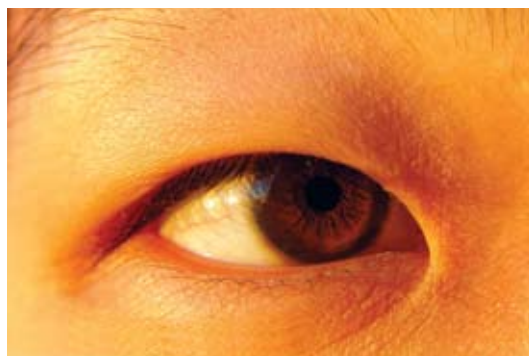
» A migração anual de 120 milhões de **CARANGUEJOS** fechou estradas e transformou as ruas da Ilha Christmas, na Austrália, em enormes tapetes vermelhos. Entre novembro e janeiro, os crustáceos migram das florestas para o mar, para a reprodução e desova. A migração é tão intensa que ruas e estradas são fechadas para impedir que os animais



sejam esmagados. Guardas-florestais também constroem pontes plásticas sobre as estradas para que os caranguejos atravessem sem perigo.

Genética oriental

» Os olhos puxados dos orientais são o resultado da evolução genética de etnias constituídas em áreas frias do planeta. Segundo o professor de genética Francisco Salzano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), estudos indicam que os olhos dos orientais ganharam esse formato ao longo do tempo com a função de proteger esses órgãos e o sentido da visão das baixas temperaturas e da grande luminosidade provocada pelo reflexo do sol na neve. "É uma espécie da adaptação ao frio", diz Salzano.



4,31 %

» foi a taxa acumulada de **INFLAÇÃO** de 2009



237,93 %

» foi a taxa de juros dos **CARTÕES DE CRÉDITO** em 2009

Por que papagaio “fala”

» O biólogo e zootecnista Daniel Pereira Rocha explica que o animal consegue reproduzir esses sons graças a uma estrutura situada no final da traquéia e começo dos brônquios, denominada siringe. "Um papagaio pode imitar um cachorro, um gato ou o ruído de uma porta. Em cativeiro essa capacidade se acentua, pois as aves perdem o comportamento natural e pela convivência com o homem, passam a produzir sons comuns a sua volta", diz Rocha. Ele ressaltava ainda que os papagaios não falam, apenas imitam sons humanos. "A capacidade da fala é exclusiva de nossa espécie", afirma



MOSAICO

Centro da Terra?

» O núcleo da Terra é formado por uma grande bola de ferro e níquel, com raio de 3.480 km. Um terço dessa bola, a parte interna, é sólido.

A primeira bomba

» A explosão da primeira bomba atômica foi realizada no dia 16 de julho de 1945, no deserto de Alamogordo, no Novo México. O curioso é que no local da explosão formou-se uma gigantesca placa de vidro de quase 800 metros quadrados. Isso ocorreu porque a areia - sílica pura - misturada a hidróxido de potássio ou a carbonato de sódio, e submetida a temperaturas de 1400° a 1600° C converte-se num líquido transparente e este ao resfriar-se e solidificar, mantém a transparência típica do vidro.

Reciclagem da água

» Desde que a água surgiu na terra, ela vem apenas se reciclando. Assim, podemos ter bebido hoje a mesma água que um dinossauro usou para tomar banho há milhões de anos.

Truque

» O Padre Antônio Vieira subiu ao púlpito e começou o sermão: "Maldito seja o Pai!... Maldito seja o Filho!... Maldito seja o Espírito Santo!... Quando os fiéis pensavam que ele enlouquecera, o sacerdote prosseguiu: "Estas, amados irmãos, são as palavras e as frases que se ouvem com mais frequência nas profundezas do inferno." Por via estranha, prendeu a atenção dos assistentes.

A COR DO LUTO

» Em diversos países varia a cor do luto. No Brasil, Japão e na Europa, usa-se preto, que é a privação da luz. NA CHINA, o azul escuro. NA SÍRIA, o azul celeste, cor do Céu, para onde se deseja que os mortos vão. NA ETIÓPIA, o cinza, cor em que se convertem os cadáveres. NA ÍNDIA, o vermelho, que é a cor do fogo, que consome os corpos. NO EGITO, a cor da folha seca, que representa o fim da vida, pois essa é a cor das plantas, quando morrem.



Fecundidade

» A descendência de um casal de coelhos atinge, em três anos, 937.500 animais.

A árvore mais antiga do Brasil



» A árvore mais antiga do País é um **JEQUITIBÁ-ROSA** do Parque Estadual de Vassununga, que se localiza no município de Santa Rita do Passa Quatro, a 253 km de São Paulo. Com aproximadamente 3 mil anos de idade, a árvore tem 40 m de altura e cerca de 3.60 m de diâmetro.

“ **Certas dietas são simples: é só cortar o açúcar, as frutas, massas, molhos, bebidas alcoólicas, pães, biscoitos e os pulsos**”

Miguel Paiva

O espeto corrido não é gaúcho: nasceu em Londrina!

» O "espeto corrido" surgiu há cerca de 45 anos, em Londrina, no Paraná. Mas os gaúchos podem ficar tranquilos com a sua fama. O responsável pela inovação foi Albino Ongaratto, proprietário de um restaurante de beira de estrada, nascido no Rio Grande do Sul. A novidade aconteceu pela necessidade. Certo dia, o restaurante estava lotado, a churrasqueira operava com a capacidade máxima e os garçons não conseguiam atender todos os clientes. Então, Albino mandou sua equipe servir todas as mesas com porções de carne em vez de largar um espeto em cada. Estava criado o "espeto corrido", que até hoje é responsável pela felicidade dos admiradores do churrasco. (Fonte: www.terra.com.br)

Clone para negócios



Registro de animais clonados dá impulso ao comércio de DNA de raças campeãs

Após um longo processo de negociação das associações de criadores com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foram concedidos os primeiros registros genealógicos para animais clonados no Brasil. Nos últimos anos, cerca de 70 passaram pelo processo de clonagem, somente agora eles ganharão uma “carteira de identidade”.

Quem já teve esse privilégio é a Divisa Mata Velha TN1. A bezerra nelore, nascida em Uberaba, Minas Gerais, teve seu registro concedido em 1º de dezembro pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), principal entidade da pecuária nacional. “É um marco para o setor, sem dúvida”, diz o superintendente técnico da ABCZ, Luiz Antonio Josahkian, que desde 2005 batalhava pela aprovação das normas.

A partir de agora, o clone passa a ter valor comercial e a perspectiva é que aumente a demanda pela tecnologia. “Antes, era como se os animais não existissem”, explica o pesquisador Rodolfo Rumpf, da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

A clonagem é usada para preservar o DNA de um animal de elite, de alto valor genético e monetário. São animais “top” usados exclusivamente para fins reprodutivos que vão disseminar suas características pelo rebanho. Desta forma, o valor comercial está na genética do animal, que pode ser comercializada por meio de sêmen, embriões ou crias, obtidas de cruzamentos selecionados.

Por isso, a Divisa Mata Velha, já com 17 anos e considerada idosa, foi clonada. O animal é considerado símbolo da fazenda e tem descendentes espalhados por todo o país. “A Divisa representa o que temos de melhor em seleção. É um patrimônio genético que fazemos questão de preservar”, diz o diretor da fazenda, Nilo Muller Sampaio Jr.

A nova divisa, batizada de TN1, já que foi produzida a partir da técnica de transferência nuclear, está com quatro meses e dentro de um ano também poderá ter sua genética comercializada. “Temos planos de clonar vários outros animais. Vamos clonar tudo agora”, completa Sampaio.

(fonte: Associação de Criadores do MT)

* CUIDADOS

Laboratórios Acadêmicos e empresas especializadas trabalham com clonagem comercial, fazendo do país, referência mundial na área. Cada clone custa R\$ 50 mil. Uma das exigências para o registro é a apresentação de um teste comparativo de DNA, feito em laboratório credenciado, provando que o animal é mesmo um clone, geneticamente idêntico ao outro.

Para evitar a pirataria, o proprietário do animal clonado precisa apresentar uma carta comprovando que deu consentimento à clonagem. “Senão, você pode até fazer o clone, mas não vai conseguir registrá-lo”, afirma Josahkian, da ABCZ.

Clones produzidos antes da normatização poderão obter registro retroativo, dependendo de uma análise. Os que nascerem agora poderão ser registrados diretamente pelas associações. Três já conseguiram autorização do ministério para isso: as de gado zebu (desde maio), jersey e holandesa (desde abril).

Em Arapongas, o segredo do buscopan

De nome estranho, a duboísia é produzida pela Solana Agropecuária

A precisão, a especificidade e o rigor nos processos produtivos da indústria farmacêutica tiveram forte influência na gestão diferenciada da Solana Agropecuária com sede em Arapongas. A localização da fazenda de onde saem plantas medicinais que servem de matéria-prima para o buscopan, medicamento utilizado para alívio de dores e cólicas, também é estratégica. A fazenda está na divisa da linha do Trópico de Capricórnio, local apropriado pelo clima para o desenvolvimento dos princípios ativos da duboísia, logo, importante para sua produtividade e viabilidade comercial.

A duboísia é uma planta exótica, originária de uma árvore da Austrália e traduzida ao Brasil pela Solana há mais de 30 anos, é 100% exportada e de onde deriva o princípio ativo do medicamento.

Empresa do grupo Boehringer Ingelheim, a Solana precisa da participação e do comprometimento dos 75 funcionários que são conquistados com uma série de iniciativas. A começar pela remuneração variável com participação nos resultados. Se os objetivos forem atingidos resultam em bônus. Como produtora de matéria-prima de remédios carros-chefes nas farmácias, a empresa não revela, por segurança, detalhes sobre o cultivo e comercialização da duboísia.

A educação é outra área que recebe atenção especial. Muitos funcionários foram alfabetizados na empresa. Cessando a demanda interna, a empresa investiu nos familiares. A maioria começou a trabalhar muito cedo na colheita de café e não conseguiu estudar. A empresa também paga aos funcionários o ensino médio àqueles que estão dispostos a continuar os estudos.

De origem alemã, a Solana tem na segurança um dos seus componentes estratégicos de gestão. A preocupação com instalações, equipamentos e acima de tudo a conscientização dos funcionários é feita diariamente. Com 28 anos de existência, o investimento em tecnologia e pesquisa é alto, assim como o nível de sofisticação das máquinas. Os tratoristas são responsáveis pelas atividades de manejo no campo como preparo do solo, plantio, controle químico de ervas daninhas, controle de pragas, roçadas etc.

“O SENAR-PR tem sido fundamental para a capacitação e a conscientização de nossos colaboradores”, afirma o diretor da fazenda,

Fotos: Reprodução, Cleverson Beje e arquivo



DE CIMA PARA BAIXO: vista aérea da Solana Agropecuária; Adrian von Treuenfels e detalhe da plantação de duboísia



Adrian von Treuenfels. Nos últimos seis anos, quase 100 funcionários da Solana participaram de cursos de aplicação de agrotóxicos, operação e manutenção de tratores, empreendedor rural, tratorista agrícola, operador de motosserra, tratorista polivalente, CIPATR NR 31 e formigas cortadeiras.

Carambeí: FAEP pede explicações à Brasil Foods



A anunciada desativação da unidade de perus causa apreensão aos produtores dos Campos Gerais

O jornal “Valor Econômico” publicou matéria no dia 13 de janeiro último sobre a desativação de sua unidade dedicada ao abate de perus, em Carambeí. Dois dias antes o presidente da FAEP, Ágide Meneguette encaminhou ofício, alertando o presidente da BRF – Brasil Foods, José Antonio Fay sobre os sérios problemas sociais e econômicos dos produtores dos campos gerais, em razão da desativação da unidade industrial daquela empresa em Carambeí. Abaixo o teor do ofício e as “explicações” da Brasil Foods no “Valor”.



O pedido de explicações da FAEP à Brasil Foods

A Perdígão está desativando seu frigorífico de peru no município de Carambeí, neste estado, transferindo esta atividade para o Estado de Goiás. Com essa medida, centenas de produtores rurais integrados da Perdígão, da região dos Campos Gerais, ficarão com seus aviários ociosos e perderão os investimentos específicos realizados para cumprimento do contrato de produção de perus, além de sofrerem uma redução em sua renda.

Quando assinaram o contrato de parceria em produção de perus de corte com a Perdígão, os produtores acreditaram numa vinculação de longo prazo e se sujeitaram a todas as imposições feitas pelo frigorífico, inclusive de fidelidade. A desativação da unidade industrial cria, portanto, um sério problema social e econômico para esses produtores, o que nos leva inquiri-lo sobre as medidas que a empresa deverá tomar para reduzir o impacto da decisão.

No aguardo de sua resposta,
Atenciosamente

Ágide Meneguette
Presidente



Justificativa da Brasil Foods, segundo o “Valor Econômico”

“BRF Brasil Foods, nome da Perdígão após a incorporação da Sadia em maio de 2009, decidiu suspender a produção e o abate de perus em Carambeí (PR) e concentrar o negócio em Mineiros (GO) - ambas as unidades são da antiga Perdígão. A empresa também vai desativar a planta de Cavallhada, em Porto Alegre (RS), e transferir a produção de frango para Lajeado (RS). O presidente da BRF, José Antonio do Prado Fay, afirma que as duas medidas já vinham sendo planejadas antes da união entre Perdígão e Sadia e não são consequência do negócio. “São plantas que tinham dificuldade e continuam a ter”, diz.

Sobre a suspensão do abate de perus na planta paranaense, Fay afirma que “já faz algum tempo que decidimos [pela mudança] porque Carambeí não é o melhor local para produção de perus”.

A então Perdígão entrou no abate de perus em 2000 com a compra de 51% da área de Uma das razões para levar a produção de Carambeí para o Centro-Oeste, onde a antiga Perdígão instalou sua unidade de perus em Mineiros, em 2007, é a maior competitividade dos preços dos grãos usados na ração das aves, observa Fay. As dificuldades na exportação de peru também contribuíram para a decisão. O principal cliente da carne de peru do Brasil é a Europa, mercado bastante afetado pela crise global. “O peru vem dando resultados ruins há algum tempo na exportação”, admite Fay.

Serviços ambientais

Primeiramente venho parabenizar pelas edições do Boletim Informativo editado por esta honrada Federação. Desde que iniciei meu trabalho frente ao setor de meio ambiente da FAES - Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo, as informações e opiniões contidas no boletim sempre são de grande utilidade. Ao receber o Boletim Informativo nº. 1079, me deparei com uma matéria da Eng. Agrônoma Carla Beck sobre o Pagamento por Serviços Ambientais. Concordo com todas as colocações feitas pela minha colega de profissão e acredito que a inclusão do PSA em uma legislação florestal federal seja primordial para tentar estabelecer a "paz" no campo. Apenas a título de colaboração, entre os exemplos existentes de PSA existentes no Brasil, o nosso Estado possui uma lei (Lei Estadual nº 8.995 de 2008) que institui o PSA. Importante ressaltar também que há um fundo com recursos próprios, e que produtores rurais já receberam do Governo Estadual pelas suas ações de preservação. Me coloco a disposição para maiores esclarecimentos de como funciona o programa em nosso Estado visando a divulgação das ações realizadas em benefício do produtor rural. Saudações.

Murilo Pedroni - FAES
(murilo@faes.org.br)
Vitória/Espírito Santo

Suicídio financeiro

Sobre o decreto (dos Direitos Humanos) do Presidente da republica não é surpresa, pelo que ele vem demonstrando no final desse mandato principalmente pelo apoio que ele vem dando ao ditador Hugo Chavez. "quer saber quem tu és olhai com quem tu andas" Se ele dá tanto valor com esse tipo de ditadura porque é igual. A agricultura não pode ficar pagando a conta da má administração do dinheiro público e essa impunidade que está impragnada na administração pública, enquanto a gricultura sendo considerada pelos governantes como se fossem criminosos desse país. Agora, vem com esse decreto para tirar a tranquilidade do campo para que os nossos "HERÓIS" agricultores possam fazer investimento para sustentar essa falta de respeito que os governantes tem com nossos agricultores. A FAEP tem que tomar uma postura mais agressiva diante desse fato e mais coisas quem vem acontecendo. Na minha região o pequeno e o médio agricultor estão desaparecendo por falta de opção para se trabalhar com uma remuneração justa. "PRODUZIR ALIMENTO NO BRASIL É SUICIDIO FINANCEIRO".

Ismael Garcia de Andrade
(ismael_garcia2005@yahoo.com.br)
GUAPOREMA/Paraná

Emplacamento de tratores

FAEP pede flexibilidade ao DETRAN-PR

Deliberação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicada no dia 16 de dezembro prorrogou o prazo para a obrigatoriedade de emplacamento de tratores e máquinas agrícolas. A exigência, que entraria em vigor no dia 1º de janeiro, foi adiada para 1º de julho de 2010. A ampliação do prazo, no entanto, não diminui a preocupação dos agricultores com a medida.

Notas fiscais

A FAEP encaminhou ao Coronel Davi Antonio Pancotti, Diretor Geral do DETRAN-PR ofício pedindo que haja flexibilidade para a exigência da Nota Fiscal de tratores e máquinas agrícolas mais antigas "substituindo por uma declaração do proprietário ou outra forma adequada que facilite o licenciamento". Ocorre que há uma grande quantidade de máquinas agrícolas antigas cujos proprietários não possuem mais as Notas Fiscais de compra; ou são equipamentos de segunda mão, comprados mediante recibos, que provavelmente não existem mais. Portanto, não há condições de atender a esse requisito

A FAEP e a CNA estão ainda se movimentando buscando alterar essa e outras deliberações, porque tratores somente circulam em vias públicas esporadicamente, em especial entre lavouras ou para transportar algum produto, não se justificando a necessidade de emplacamento,

"Nova roda" para o meio agrícola?

O pesquisador e professor de desenho industrial, Osmar Vivente Rodrigues, da Unesp de Bauru, desenvolveu uma roda capaz de mudar de formato de acordo com o terreno. A peça, batizada de Pumpion Wheel ou "Roda fora de estrada", facilitaria o transporte no campo. Ela ajudaria os produtores a driblar a lama causada pelas chuvas, além da compactação do solo, decorrente do tráfego de veículos pesados na plantação.



ERRATA: Diferente do divulgado no BI 1078, o terceiro colocado no Concurso Melhor Projeto Empreendedor Rural foi Claudinei Alves Nunes com o projeto de Ampliação de Tomate em Estufa.





Força obrigatória dos contratos e direito atual

O elemento de maior eficiência do instituto jurídico do contrato é a sua força obrigatória. A obrigação decorre do acordo de vontades das partes contraentes. A legislação, por sua vez, outorga eficácia ao acordado para o que estipula medidas assecuratórias relativas ao avençado. O direito contratual tem como escopo básico a força obrigatória, insista-se, pertinente aos termos do contrato. A garantia de cumprimento do pacto acatada nas codificações internacionais permitiu a evolução econômica e o fenômeno da globalização. Aqui, em nosso país, o Código Civil de 1916 prevaleceu vigente até o ano de 2002. Essa legislação vetusta, de quase um século elegeu como pilar do direito obrigacional a força obrigatória

O novo Código que passou a vigorar em 2003 mostrou-se nesse aspecto altamente inovador. O principal requisito atinente ao direito contratual é a força obrigatória e continua assim, porém, na atualidade de nosso direito, o equilíbrio econômico-financeiro passou a ser da maior relevância para a finalização da avença. Esmaeceram as prerrogativas absolutas da força obrigatória. Esta agora encontra temperanças.

A lei passou a dar proteção e guarida ao prejudicado em razão de modificação abrupta das condições iniciais existentes ao tempo da assinatura do pacto, advindas de forças excepcionais e imprevisíveis, cuja conseqüência poderá tornar extremamente onerosa a obrigação. Esse desequilíbrio do contrato é que a nova legislação

corporificada no Código Civil atual busca minorar. Enfraquecida, portanto, em sua plenitude antiga, a força obrigatória dependente de certas condições definidas em lei, poderá subordinar-se à modificação.

A aplicação do novo direito positivado no artigo 478 e seguintes da lei civil, ao tratar da resolução por onerosidade excessiva, disciplina o poder revisional em efetivo contraste com a força obrigatória. Efetivamente quebrantada esta em seus efeitos absolutos. Os requisitos se alinham nas palavras da lei civil, os quais identificados na relação processual específica possibilitam o acionamento do pleito revisional, devolvendo as partes ao equilíbrio econômico-financeiro.

A lei estabelece que tais avenças contratuais devam ter prazo continuado ou diferido, portanto alongados. Também preconiza que tenha ocorrido modificação abrupta e intensa nas condições dos valores econômicos pactuados ao tempo da celebração do pacto. Que deva ainda resultar de tudo isso onerosidade excessiva para uma das partes de forma a lhe causar severo prejuízo. E, também, que tais fatos extraordinários não poderiam ter sido previstos.

Com efeito, constata-se do ordenamento legal que a força obrigatória se subordina a controle, desde que preenchidas as exigências preconizadas. Para isso deverá ter ocorrido modificação no substrato externo do contrato mediante as condições estabelecidas na legislação civil.



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Os trilhos, o asfalto e o mar empacados



Porto de Paranaguá: sem investimentos

Líder na produção de grãos, o Paraná não tem investimentos em transporte. E quando tem, dispensa

Nos últimos 15 anos, nem um mísero trilho foi estendido em território paranaense, onde estão instalados trechos ferroviários repletos de curvas e ângulos acentuados. O sistema é básico para a captação de cargas num estado com a produção agrícola e exportador como o Paraná, destinadas aos Portos de Paranaguá e Antonina, mas grandes trechos são completamente obsoletos no aspecto de engenharia ferroviária, falta de conservação e investimentos em ramais.

A FAEP vem se debruçando e analisando a questão de logística e infraestrutura do estado há vários anos, e já enviou a autoridades do país a relação de obras consideradas emergenciais para o agronegócio. São elas:

PRIORIDADES		km	R\$ Milhões
1.	Construção do trecho Ipiranga/Guarapuava	130	360
2.	Construção do trecho Cascavel/Guaíra	170	420
3.	Construção do trecho Campo Mourão/Jussara	80	250
4.	Construção do novo trecho Curitiba/Paranaguá	110	450
TOTAL			1.480

Valores estimados conforme parâmetros de custos da RFFSA/PR

Setor Rodoviário

Da mesma forma o modal rodoviário necessita de investimentos urgentes considerados de vital importância para a subsistência de algumas regiões como produtora e exportadora do agronegócio. Os transportes são caóticos elevando os custos a níveis que esta tornando as regiões inviáveis na manutenção da atividade econômica pelas dificuldades e o alto custo no transporte das mercadorias.

PRIORIDADES		km	R\$ Milhões
1.	Construção do trecho Porto de Antonina/ BR 277	11	25
2.	Conclusão da BR 487 (Estrada Boiadeira)	80	50
3.	Conclusão da BR 116 (trecho Curitiba-São Paulo)	60	60
4.	Duplicação das BR 277 e BR 373 (trechos Cascavel-Ponta Grossa)	350	400
5.	Conclusão e pavimentação da BR 153 Transbrasiliana (trecho Imbituva-Ventania)	140	100
6.	Recuperação da malha rodoviária existente	4.000	800
TOTAL			1435

Valores estimados conforme parâmetros de custos do DER/PR

Setor Portuário

Os portos de Paranaguá e Antonina, em que pese seja um dos mais importantes do país, e por onde passa grande parte das exportações brasileiras, não recebe investimentos significativos também a mais de quinze anos. Nesse período, o fluxo de mercadorias, tanto do agronegócio como cargas gerais, veículos e outros, praticamente triplicaram fazendo com que a infra-estrutura portuária passasse a ser um dos principais itens do aumento do custo Brasil.

As ampliações que tem sido realizadas são suportadas por Fundos de Investimentos constituídos com recursos dos Usuários, tanto na forma de adicionais tarifários de contribuição compulsória como de contribuições voluntárias, com uma arrecadação anual da ordem de 35 milhões de reais ano.

Cais Oeste

Em 2002 haviam R\$ 190 milhões a fundo perdido do Governo Federal já licitados para o chamado "Cais Oeste" – 800m a serem aprofundados e recuperados do cais atual. O atual governador afirmou que faria a obra com menos recursos. Apresentou um projeto não aceito pelo DNIT, que denunciou o novo convênio. Até hoje a economia do Paraná espera pelo Cais Oeste. Da mesma forma, também espera pela terceira do aeroporto Afonso Penna.

